

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

# PROCESSO PENAL

11<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

De acordo com a Lei 14.365/22

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILUSA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editorial:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editorial:* Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Moraes, Emanuel Silva, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

Mauricio Alves Monte

*Analista de Produção Gráfica:* Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Badaró, Gustavo Henrique

Processo Penal / Gustavo Henrique Badaró. -- 11. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0318-3

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

23-143703

CDU-343.1

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# Sumário

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Nota do Autor à Décima Primeira Edição.....	11
Nota do Autor à Décima Edição.....	13
Nota do Autor à Nona Edição.....	15
Nota do Autor à Oitava Edição.....	17
Nota do Autor à Sétima Edição .....	19
Nota do Autor à Sexta Edição .....	21
Nota do Autor à Quinta Edição.....	23
Nota do Autor à Quarta Edição.....	25
Nota do Autor à Terceira Edição .....	27

## **Capítulo 1 Garantias processuais e o sistema acusatório**

1.1. Princípios processuais penais.....	47
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	47
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	51
1.4. Garantia do juiz natural .....	56
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa .....	61
1.6. Garantia da igualdade de partes.....	65
1.7. Garantia do estado de inocência.....	67
1.8. Garantia da motivação .....	73
1.9. Garantia da publicidade.....	79
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição .....	81
1.11. Garantia do processo no prazo razoável .....	85
1.12. Garantia do devido processo legal.....	93
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais.....	94
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório .....	100
1.14.1. Características.....	100
1.14.2. A essência do processo penal acusatório.....	101
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz .....	102

## **Capítulo 2 Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação**

2.1. A lei processual penal no tempo .....	105
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	106
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos .....	111
2.1.2.1. Normas sobre procedimento.....	111
2.1.2.2. Normas sobre prova .....	112
2.1.2.3. Normas sobre recursos .....	113
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade.....	115
2.2. A lei processual penal no espaço.....	117
2.3. Interpretação da lei processual penal .....	119

**Capítulo 3**  
**Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar**

3.1.	Noções gerais .....	123
3.2.	Inquérito policial: finalidade.....	124
3.3.	Inquéritos extrapoliciais.....	125
3.4.	Natureza jurídica e características .....	125
3.5.	Dispensabilidade do inquérito.....	130
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial .....	130
3.7.	Início do inquérito policial .....	133
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies .....	136
3.9.	Diligências.....	137
3.10.	Identificação criminal.....	140
3.11.	Indiciamento.....	143
3.12.	Incomunicabilidade do preso .....	144
3.13.	Término do inquérito policial .....	144
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	147
3.15.	Vícios do inquérito policial .....	150
3.16.	Valor probatório .....	150
3.17.	Investigação pelo Ministério Público.....	152
3.18.	Investigação pela defesa.....	155
3.19.	“Juiz das Garantias” .....	157
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	158
3.19.2.	Função e momento de atuação.....	160
3.19.3.	O rol de competências.....	161
3.19.4.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa .....	165
3.19.5.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo.....	166
3.20.	Acordo de não persecução penal .....	168

**Capítulo 4**  
**Ação penal**

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação .....	177
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação .....	177
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação.....	178
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação .....	178
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman .....	179
4.2.	Condições da ação penal .....	179
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	180
4.2.2.	Interesse de agir .....	182
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	183
4.2.4.	Justa causa para a ação penal .....	185
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito.....	191
4.3.	Classificação da ação penal .....	197
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada.....	197
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação.....	199
4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal .....	199
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal .....	201
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal .....	201
4.4.	Ação penal pública incondicionada .....	202
4.4.1.	Noções gerais .....	202
4.4.2.	Princípios.....	202
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido .....	203

4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	205
4.7.	Ação penal de iniciativa privada .....	206
4.7.1.	Princípios.....	206
4.7.2.	Queixa.....	207
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal .....	208
4.8.1.	Decadência.....	208
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa .....	209
4.8.3.	Perdão do ofendido .....	210
4.8.4.	Perempção .....	211
4.9.	Denúncia ou queixa .....	212
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa.....	212
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias .....	213
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	214
4.9.1.3.	Classificação do crime .....	215
4.9.1.4.	Rol de testemunhas.....	216
4.9.1.5.	Elementos autenticativos.....	216
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	216

### **Capítulo 5 Ação civil *ex delicto***

5.1.	Noções gerais .....	221
5.2.	Restituição, resarcimento, reparação e indenização .....	221
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i> .....	222
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis.....	223
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	225
5.6.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária.....	227
5.7.	Rescisão do julgado penal.....	228
5.8.	Efeitos civis da absolvição penal .....	228
5.8.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude .....	231
5.8.1.1.	Legítima defesa .....	231
5.8.1.2.	Estado de necessidade .....	232
5.8.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal .....	232
5.8.1.4.	Exercício regular de direito.....	233
5.9.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	233

### **Capítulo 6 Competência**

6.1.	Noções gerais .....	237
6.2.	Concretização da competência .....	238
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	241
6.4.	Critérios de distribuição de competência .....	243
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração.....	247
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu e a competência pelo domicílio da vítima .....	251
6.4.3.	Competência pela prevenção .....	254
6.4.4.	Competência pela natureza da infração .....	255
6.4.5.	Competência pela distribuição .....	256
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função .....	258
6.5.	Prorrogação da competência .....	262
6.5.1.	Noções preliminares.....	262
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	264
6.5.3.	Conexão.....	265

## 32 PROCESSO PENAL

6.5.4.	Continência.....	268
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência .....	269
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalecente .....	274
6.5.7.	Desaforamento .....	278
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos .....	278
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	279

### **Capítulo 7 Sujeitos processuais**

7.1.	Juiz .....	285
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	285
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos .....	286
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	290
7.1.1.3.	Procedimento .....	291
7.1.1.4.	Efeitos .....	291
7.1.2.	Suspeição do juiz.....	291
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição .....	291
7.1.2.2.	Abstenção do juiz.....	293
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito.....	293
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados .....	294
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	294
7.3.	Ministério Público.....	295
7.3.1.	Natureza jurídica .....	295
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial” .....	296
7.3.3.	Princípios do Ministério Público.....	297
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público .....	298
7.4.	Autoridade policial.....	299
7.5.	Acusado.....	300
7.5.1.	Questões terminológicas .....	300
7.5.2.	Pessoa jurídica.....	300
7.5.3.	A autodefesa do acusado.....	301
7.5.4.	Revelia do acusado .....	301
7.6.	Defensor .....	302
7.6.1.	Defesa técnica .....	302
7.6.2.	Finalidade da defesa .....	302
7.6.3.	Aspectos terminológicos .....	302
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	302
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica.....	303
7.7.	Curador .....	304
7.7.1.	Finalidade .....	304
7.8.	Assistente de acusação .....	305
7.8.1.	Finalidade .....	305
7.8.2.	Cabimento .....	306
7.8.3.	Momento .....	307
7.8.4.	Legitimados .....	308
7.8.5.	Poderes do assistente .....	310
7.8.6.	O assistente e a testemunha .....	311

### **Capítulo 8 Questões e processos incidentes**

8.1.	Questões e processos incidentes .....	317
------	---------------------------------------	-----

8.2.	Questões prejudiciais .....	318
8.2.1.	Noções gerais .....	318
8.2.2.	Classificações .....	319
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas .....	320
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas.....	322
8.2.5.	Legitimados.....	323
8.2.6.	Momento de arguição .....	324
8.2.7.	Recurso .....	324
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade .....	325
8.3.1.	Exceção de suspeição.....	325
8.3.1.1.	Abstenção do juiz.....	325
8.3.1.2.	Legitimados.....	326
8.3.1.3.	Momento da arguição .....	326
8.3.1.4.	Procedimento .....	327
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados.....	328
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Públ...co .....	329
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou fun...cionários da Justiça.....	329
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial.....	330
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades.....	330
8.3.2.1.	Procedimento .....	330
8.4.	Da exceção de incompetência .....	331
8.4.1.	Hipóteses de incompetência.....	331
8.4.2.	Abstenção do juiz.....	331
8.4.3.	Legitimados.....	332
8.4.4.	Momento da arguição .....	332
8.4.5.	Procedimento.....	333
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada .....	334
8.5.1.	Distinção .....	334
8.5.2.	Legitimados.....	335
8.5.3.	Momento de arguição .....	336
8.5.4.	Procedimento.....	336
8.5.5.	Recurso .....	337
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte .....	337
8.6.1.	Cabimento.....	337
8.6.2.	Legitimados.....	338
8.6.3.	Momento de arguição .....	338
8.6.4.	Procedimento.....	339
8.6.5.	Recurso .....	339
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas .....	340
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas.....	340
8.7.2.	Legitimados.....	341
8.7.3.	Momento .....	341
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida.....	342
8.7.5.	Requisitos .....	342
8.7.6.	Procedimento.....	343
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	345
8.7.8.	Natureza jurídica .....	345
8.8.	Incidente de falsidade documental.....	346
8.8.1.	Cabimento.....	346
8.8.2.	Legitimados.....	348

**34 PROCESSO PENAL**

8.8.3.	Momento .....	348
8.8.4.	Procedimento.....	349
8.9.	Incidente de insanidade mental.....	350
8.9.1.	Cabimento.....	351
8.9.2.	Legitimados.....	351
8.9.3.	Momento .....	352
8.9.4.	Procedimento.....	352
8.9.5.	Resultado do laudo .....	354

**Capítulo 9**  
**Comunicação dos atos processuais**

9.1.	Atos de comunicação processual .....	359
9.2.	Citação.....	359
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação.....	359
9.2.2.	Citação por mandado.....	360
9.2.3.	Citação por edital.....	365
9.2.4.	Citação com hora certa .....	368
9.2.5.	Citação e revelia .....	369
9.2.6.	Vícios da citação.....	370
9.3.	Intimação .....	371

**Capítulo 10**  
**Da prova**

10.1.	Teoria geral da prova .....	375
10.1.1.	Noções preliminares.....	375
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade.....	375
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova .....	380
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova.....	381
10.1.4.1.	Meios de prova .....	382
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova .....	383
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala .....	384
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituendas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	385
10.1.7.	Prova emprestada .....	388
10.1.8.	Objeto da prova.....	391
10.1.9.	Momentos probatórios .....	392
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas .....	393
10.1.11.	Provas ilícitas.....	396
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções.....	396
10.1.11.2.	Uma proposta de conceituação das provas ilícitas .....	398
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação .....	402
10.1.12.	Prova por videoconferência.....	404
10.1.13.	Sistemas de valoração da prova .....	406
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial.....	408
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidos em contraditório: corroboração .....	409
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis .....	412
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos <i>standards</i> probatórios .....	414
10.1.14.1.	Noções gerais .....	414
10.1.14.2.	As críticas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” .....	417
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” ....	420

10.1.15.	Ônus da prova .....	426
10.1.15.1.	Noções gerais .....	426
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies .....	427
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime .....	429
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias .....	433
10.2.1.	Conceito .....	433
10.2.2.	Características.....	433
10.2.3.	Classificações .....	434
10.2.4.	Perito .....	434
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito.....	435
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto .....	436
10.2.7.	Procedimento probatório .....	437
10.2.8.	Valor probatório .....	440
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova .....	440
10.2.9.1.	Conceito e finalidade cadeia de custódia .....	441
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia.....	442
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia.....	446
10.2.9.4.	Da cadeia de custódia da prova digital .....	448
10.3.	Interrogatório .....	452
10.3.1.	Natureza jurídica .....	452
10.3.2.	Características.....	454
10.3.3.	Local do interrogatório .....	455
10.3.4.	Procedimento e conteúdo.....	455
10.3.5.	Valor probatório .....	456
10.4.	Confissão.....	456
10.4.1.	Conceito e elementos .....	456
10.4.2.	Natureza jurídica .....	457
10.4.3.	Classificações .....	457
10.4.4.	Características.....	458
10.4.5.	Valor probatório .....	458
10.5.	Delação ou chamamento do corréu.....	459
10.5.1.	Conceito .....	459
10.5.2.	Natureza jurídica .....	459
10.5.3.	Requisitos .....	460
10.5.4.	Valor probatório .....	461
10.5.5.	Da colaboração premiada .....	461
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada .....	463
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo .....	465
10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração ...	467
10.5.5.4.	O conteúdo do acordo.....	470
10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo .....	471
10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada.....	481
10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada.....	481
10.6.	Declarções do ofendido .....	485
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal .....	485
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas.....	485
10.6.3.	Natureza jurídica .....	486
10.6.4.	Procedimento probatório .....	486
10.6.5.	Valor probatório .....	487
10.7.	Prova testemunhal.....	488
10.7.1.	Conceito .....	488

**36 PROCESSO PENAL**

10.7.2.	Características.....	488
10.7.3.	Classificações .....	489
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor .....	490
10.7.5.	Lugar do depoimento .....	491
10.7.6.	Procedimento probatório .....	492
10.7.7.	Contradita .....	494
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal .....	495
<b>10.8.</b>	<b>Acareação .....</b>	<b>499</b>
10.8.1.	Conceito e características .....	499
10.8.2.	Procedimento probatório .....	499
10.8.3.	Valor probatório .....	501
<b>10.9.</b>	<b>Reconhecimento de pessoa ou coisa .....</b>	<b>501</b>
10.9.1.	Conceito .....	501
10.9.2.	Procedimento.....	502
10.9.3.	Valor probatório .....	503
<b>10.10.</b>	<b>Prova documental .....</b>	<b>506</b>
10.10.1.	Conceito .....	506
10.10.2.	Características.....	506
10.10.3.	Espécies.....	507
10.10.4.	Documento eletrônico .....	507
10.10.5.	Procedimento probatório .....	508
10.10.6.	Valor probatório .....	509
<b>10.11.</b>	<b>Indícios e presunções.....</b>	<b>510</b>
10.11.1.	Conceito .....	510
10.11.2.	Raciocínio indiciário.....	511
10.11.3.	Valor probatório .....	511
10.11.4.	Indícios e presunções .....	512
10.11.5.	Espécies de presunções .....	512
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova.....	513
10.11.7.	Presunções absolutas.....	514
<b>10.12.</b>	<b>Busca e apreensão.....</b>	<b>514</b>
10.12.1.	Busca domiciliar .....	515
10.12.2.	Busca pessoal.....	518
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão .....	520
<b>10.13.</b>	<b>Interceptação telefônica.....</b>	<b>522</b>
10.13.1.	Questões terminológicas .....	522
10.13.2.	Disciplina constitucional .....	524
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996 .....	527
10.13.4.	Natureza jurídica da medida .....	528
10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica .....	528
10.13.6.	Legitimados e momento .....	531
10.13.7.	Juiz e competência .....	532
10.13.8.	Procedimento probatório .....	533
10.13.9.	Valor probatório .....	538
<b>10.14.</b>	<b>Interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos .....</b>	<b>540</b>
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos.....	540
10.14.2.	Natureza jurídica da medida .....	542
10.14.3.	Fundamento constitucional .....	542
10.14.4.	Espécies de interceptações ambientais .....	545
10.14.5.	Requisitos para a interceptação ambiental.....	549
10.14.6.	Procedimento probatório .....	551

**Capítulo 11**  
**Sentença e coisa julgada**

11.1.	Sentença .....	557
11.1.1.	Conceito .....	557
11.1.2.	Classificação e denominações.....	557
11.1.3.	Requisitos da sentença .....	558
11.1.4.	Sentença absolutória .....	561
11.1.5.	Sentença condenatória.....	562
11.1.6.	Intimação da sentença.....	567
11.1.7.	Efeitos da sentença.....	569
11.2.	Correlação entre acusação e sentença .....	570
11.2.1.	Noções gerais .....	570
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383).....	570
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384).....	572
11.3.	Coisa julgada.....	578
11.3.1.	Noções gerais .....	578
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	578
11.3.3.	Coisa julgada material.....	579
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	580
11.3.4.1.	Problemas específicos .....	581
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada .....	582
11.3.5.1.	Problemas específicos .....	583

**Capítulo 12**  
**Do processo**

12.1.	Natureza do processo .....	589
12.2.	Objeto do processo penal .....	594
12.2.1.	A irrelevância da lide penal .....	594
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material .....	601
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal.....	605
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais.....	608

**Capítulo 13**  
**Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais**

13.1.	Noções preliminares .....	615
13.2.	Do procedimento comum ordinário.....	618
13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	618
13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar .....	619
13.2.3.	Citação do acusado.....	621
13.2.4.	Resposta.....	621
13.2.5.	Absolvição sumária .....	625
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa.....	627
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	629
13.2.7.1.	Declarações do ofendido .....	629
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	629
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos .....	632
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	633
13.2.7.5.	Interrogatório .....	633
13.2.7.6.	Diligências complementares .....	635
13.2.7.7.	Alegações finais .....	636
13.2.7.8.	Sentença.....	638

**38 PROCESSO PENAL**

13.3.	Procedimento sumário .....	641
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário .....	641
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538).....	642
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais.....	643
13.4.1.	Noções preliminares.....	643
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo.....	644
13.4.3.	Processo penal consensual.....	646
13.4.3.1.	Composição civil .....	646
13.4.3.2.	Representação do ofendido .....	647
13.4.3.3.	Transação penal .....	648
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo .....	652
13.4.4.	Procedimento.....	657
13.4.4.1.	Termo circunstaciado .....	658
13.4.4.2.	Audiência preliminar .....	658
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento .....	661
13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri.....	665
13.5.1.	Noções preliminares.....	665
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro .....	666
13.5.2.1.	Plenitude de defesa .....	666
13.5.2.2.	Sigilo das votações .....	667
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos .....	668
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida .....	669
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação .....	671
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	671
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação .....	671
13.5.3.3.	Citação do acusado.....	672
13.5.3.4.	Resposta.....	672
13.5.3.5.	Réplica .....	672
13.5.3.6.	A absolvição sumária do art. 397 .....	673
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	673
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido.....	674
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	674
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas .....	675
13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	675
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	675
13.5.4.	Pronúncia .....	677
13.5.5.	Impronúncia .....	681
13.5.6.	A absolvição sumária .....	682
13.5.7.	Desclassificação .....	685
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares.....	687
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa .....	687
13.5.10.	Preparação do processo .....	688
13.5.11.	Desaforamento .....	688
13.5.12.	Aceleração do julgamento .....	692
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	692
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri .....	693
13.5.15.	Formação e convocação do júri.....	696
13.5.16.	Do julgamento pelo júri .....	697
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas .....	697
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação .....	699

13.5.16.3.	Pregão e adiamentos .....	699
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados.....	700
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas .....	702
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados.....	703
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas .....	704
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos .....	705
13.5.16.9.	Leitura de peças .....	705
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado .....	708
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	708
13.5.16.12.	Debates orais .....	709
13.5.16.13.	Vedação de utilização de argumentos .....	712
13.5.16.14.	Juntada de documentos .....	714
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	716
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença.....	716
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos.....	717
13.5.16.18.	Sala secreta .....	717
13.5.16.19.	Quesitos .....	718
13.5.16.20.	Votação dos quesitos .....	722
13.5.16.21.	Sentença.....	724
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença.....	726
	13.5.16.23. Leitura da sentença.....	728
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares.....	728
13.6.1.	Noções gerais .....	728
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial.....	729
13.6.3.	Ação penal subsidiária .....	730
13.6.4.	Sentença declaratória da falência.....	730
13.6.5.	Recebimento da denúncia .....	730
13.6.6.	Competência do juiz criminal.....	731
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	731
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial .....	731
13.7.2.	Cabimento do procedimento .....	732
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função.....	734
13.7.4.	Denúncia .....	734
13.7.5.	Resposta escrita.....	735
13.7.6.	Recebimento da denúncia .....	737
13.7.7.	Rejeição da denúncia.....	738
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra .....	738
13.8.1.	Noções gerais .....	738
13.8.2.	Cabimento .....	739
13.8.3.	Audiência de reconciliação.....	740
13.8.4.	Exceção da verdade .....	742
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato .....	745
13.8.6.	Pedido de explicações.....	745
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	747
13.9.1.	Noções gerais .....	747
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada .....	748
13.9.2.1.	O exame pericial .....	749
13.9.2.2.	Ação penal .....	752
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública .....	754
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial .....	757

**40 PROCESSO PENAL**

13.10. Do procedimento especial dos crimes de drogas .....	758
13.10.1. Noções gerais .....	758
13.10.2. Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei 11.719/2008.....	759
13.10.3. Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes.....	760
13.10.4. Inquérito policial .....	761
13.10.5. Oferecimento da denúncia .....	763
13.10.6. Possibilidade de rejeição da denúncia .....	764
13.10.7. Notificação .....	765
13.10.8. Resposta.....	765
13.10.9. Diligências.....	766
13.10.10. Juízo de admissibilidade da acusação .....	766
13.10.11. Possibilidade de absolvição sumária.....	769
13.10.12. Audiência de instrução e julgamento .....	769

**Capítulo 14  
Nulidade dos atos processuais**

14.1. Noções gerais .....	781
14.2. Atos inexistentes.....	782
14.3. Nulidades absolutas .....	786
14.4. Nulidades relativas .....	786
14.5. Princípios relativos às nulidades.....	787
14.5.1. Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas.....	787
14.5.2. Princípio da causalidade .....	789
14.5.3. Princípio do interesse.....	789
14.6. Nulidades combinadas no CPP .....	790
14.7. Convalidação dos atos processuais.....	798
14.8. Meios para alegar as nulidades.....	800

**Capítulo 15  
Recursos**

15.1. Teoria geral dos recursos .....	805
15.1.1. Fundamento do direito ao recurso .....	805
15.1.2. Conceito e classificações.....	806
15.1.3. Princípios relativos aos recursos .....	807
15.1.3.1. Taxatividade .....	807
15.1.3.2. Unirrecorribilidade das decisões.....	807
15.1.3.3. Fungibilidade recursal .....	808
15.1.3.4. Dialeticidade .....	811
15.1.3.5. Disponibilidade .....	811
15.1.3.6. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	812
15.1.3.7. Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i> .....	813
15.1.4. Efeitos dos recursos .....	815
15.1.4.1. Efeito devolutivo.....	816
15.1.4.2. Efeito suspensivo .....	816
15.1.4.3. Efeito regressivo ou iterativo .....	819
15.1.4.4. Efeito extensivo.....	819
15.1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	820
15.1.5.1. Juízo de admissibilidade .....	820
15.1.5.2. Juízo de mérito .....	821
15.1.6. Requisitos de admissibilidade .....	822
15.1.6.1. Cabimento.....	823
15.1.6.2. Tempestividade.....	823

15.1.6.3.	Regularidade formal.....	826
15.1.6.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	827
15.1.6.4.1.	Fatos impeditivos.....	827
15.1.6.4.2.	Fatos extintivos .....	830
15.1.6.5.	Legitimidade .....	832
15.1.6.6.	Interesse.....	835
15.2.	<b>Apelação.....</b>	837
15.2.1.	Noções gerais .....	837
15.2.2.	Requisitos de admissibilidade .....	837
15.2.2.1.	Cabimento – CPP, art. 593 .....	837
15.2.2.2.	Tempestividade.....	840
15.2.2.3.	Regularidade formal.....	842
15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	843
15.2.2.5.	Legitimidade .....	844
15.2.2.6.	Interesse.....	844
15.2.3.	Procedimento.....	844
15.2.4.	Efeitos da apelação.....	845
15.3.	<b>Recurso em sentido estrito .....</b>	849
15.3.1.	Noções gerais .....	849
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade .....	849
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581 .....	849
15.3.2.2.	Tempestividade.....	855
15.3.2.3.	Regularidade formal.....	856
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	856
15.3.2.5.	Legitimidade .....	857
15.3.2.6.	Interesse.....	857
15.3.3.	Procedimento.....	857
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	858
15.4.	<b>Embargos de declaração .....</b>	859
15.4.1.	Noções gerais .....	859
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade .....	860
15.4.2.1.	Cabimento .....	860
15.4.2.2.	Tempestividade.....	862
15.4.2.3.	Regularidade formal.....	862
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse.....	862
15.4.3.	Procedimento.....	863
15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	864
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos .....	865
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração .....	867
15.5.	<b>Embargos infringentes e de nulidades .....</b>	867
15.5.1.	Noções gerais .....	867
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade .....	868
15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	868
15.5.2.2.	Tempestividade.....	869
15.5.2.3.	Regularidade formal.....	870
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	870
15.5.3.	Procedimento.....	871
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes .....	871
15.6.	<b>Carta testemunhável .....</b>	873
15.6.1.	Noções gerais .....	873
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade .....	873
15.6.2.1.	Cabimento.....	873

## 42 PROCESSO PENAL

15.6.2.2.	Tempestividade.....	874
15.6.2.3.	Legitimidade .....	875
15.6.3.	Procedimento.....	875
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável.....	877
15.7.	Correição parcial .....	877
15.7.1.	Noções gerais .....	877
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade .....	878
15.7.2.1.	Cabimento.....	878
15.7.2.2.	Tempestividade.....	881
15.7.2.3.	Legitimidade .....	881
15.7.3.	Procedimento.....	881
15.7.4.	Efeitos da correição parcial.....	882
15.8.	Recursos especial e extraordinário.....	883
15.8.1.	Noções gerais .....	883
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	884
15.8.2.1.	Cabimento.....	884
15.8.2.1.1.	Questões comuns.....	884
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	888
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial .....	896
15.8.2.2.	Tempestividade.....	899
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	900
15.8.2.4.	Legitimidade .....	901
15.8.2.5.	Interesse.....	901
15.8.3.	Procedimento.....	902
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	903
15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal.....	910
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário.....	913
15.9.	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário.....	915
15.9.1.	Noções gerais .....	915
15.9.2.	O agravo no novo Código de Processo Civil.....	915
15.9.3.	Requisitos de admissibilidade .....	916
15.9.3.1.	Cabimento.....	916
15.9.3.2.	Tempestividade.....	916
15.9.4.	Procedimento.....	917
15.9.5.	Efeitos do agravo.....	917
15.10.	Embargos de Divergência.....	918
15.10.1.	Noções gerais .....	918
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade .....	919
15.10.2.1.	Cabimento.....	919
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado .....	920
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma .....	921
15.10.2.2.	Tempestividade.....	922
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência.....	922
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo .....	924
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse.....	924
15.10.3.	Procedimento.....	925
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF.....	926
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ.....	926
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência .....	926

15.11. Agravo em execução .....	928
15.11.1. Noções gerais .....	928
15.11.2. Requisitos de admissibilidade .....	928
15.11.2.1. Cabimento.....	928
15.11.2.2. Tempestividade.....	928
15.11.2.3. Legitimidade e interesse.....	928
15.11.3. Procedimento.....	929
15.11.4. Efeitos do agravo em execução.....	929

**Capítulo 16**  
*Habeas corpus*

16.1. Natureza jurídica.....	933
16.2. Notícias históricas .....	933
16.3. Tutela jurisdicional.....	934
16.4. Condições da ação.....	935
16.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal .....	935
16.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade .....	936
16.4.3. Legitimidade .....	943
16.4.3.1. Legitimados ativos.....	943
16.4.3.2. Legitimidade passiva.....	944
16.5. Pressupostos processuais.....	945
16.6. Competência.....	947
16.7. Procedimento .....	948
16.8. <i>Standard de prova e ônus da prova</i> .....	951
16.9. Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	953
16.9.1. Requisitos de admissibilidade .....	954
16.9.1.1. Cabimento.....	954
16.9.1.2. Legitimidade recursal .....	956
16.9.1.3. Interesse recursal .....	957
16.9.1.4. Ausência de fato impeditivo .....	957
16.9.1.5. Tempestividade.....	957
16.9.2. Procedimento.....	957
16.9.3. Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	958

**Capítulo 17**  
**Revisão criminal**

17.1. Noções gerais .....	961
17.2. Condições da ação.....	962
17.2.1. Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei .....	962
17.2.2. Interesse de agir: necessidade e adequação .....	968
17.2.3. Legitimidade .....	968
17.3. Pressupostos processuais.....	969
17.4. Procedimento .....	971
17.5. <i>Standard de prova e Ônus da prova</i> .....	972
17.6. Efeitos da sentença absolutória .....	973
17.7. Coisa julgada.....	974
17.8. Indenização pelo erro judiciário.....	974

**Capítulo 18**  
**Medidas cautelares**

18.1. Teoria geral da tutela cautelar processual penal .....	979
18.1.1. Espécies de medidas cautelares .....	979

18.1.2.	Características das tutelas cautelares .....	980
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética.....	980
18.1.2.2.	Acessoriedade .....	980
18.1.2.3.	Preventividade .....	981
18.1.2.4.	Provisoriedade .....	981
18.1.2.5.	Cognição sumária.....	983
18.1.2.6.	Referibilidade.....	984
18.1.2.7.	Proporcionalidade.....	985
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais .....	985
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais .....	987
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal.....	988
18.2.	Medidas cautelares pessoais .....	991
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais .....	993
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares.....	993
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada .....	995
18.2.1.3.	Contraditoriedade.....	998
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva.....	998
18.2.1.5.	Cumulatividade .....	999
18.2.2.	Prisão em flagrante .....	999
18.2.2.1.	Conceito e finalidade .....	999
18.2.2.2.	Classificação.....	1000
18.2.2.3.	Situação de flagrante .....	1000
18.2.2.4.	Situações especiais.....	1001
18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito .....	1003
18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade ...	1005
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial.....	1006
18.2.3.	Prisão preventiva .....	1008
18.2.3.1.	Momento para decretação .....	1008
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão.....	1009
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão .....	1010
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva.....	1011
18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva .....	1011
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva .....	1013
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública .....	1014
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica.....	1017
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal .....	1018
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal.....	1019
18.2.3.6.5.	<i>Opericulum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão .....	1020
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1022
18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada .....	1023
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação.....	1024
18.2.3.9.	Prisão domiciliar .....	1027
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica.....	1029
18.2.4.	Prisão temporária .....	1032
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento .....	1032
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1033
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária .....	1034
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária.....	1034
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1035

18.2.5.	Audiência de custódia .....	1036
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia .....	1036
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH .....	1036
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz .....	1037
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH .....	1042
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia .....	1043
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia .....	1043
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão .....	1047
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva .....	1047
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares? .....	1048
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão .....	1049
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade .....	1051
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão .....	1052
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela? .....	1054
18.2.6.7.	Medidas em espécie .....	1056
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo .....	1056
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares .....	1058
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada .....	1059
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca .....	1061
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno .....	1062
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira .....	1063
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável .....	1068
18.2.6.7.8.	Fiança .....	1070
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis ....	1071
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade .....	1073
18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança ....	1074
18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança .....	1075
18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança .....	1076
18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda .....	1078
18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica .....	1081
18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país .....	1082
18.2.7.	Liberdade provisória .....	1083
18.2.7.1.	Noções gerais .....	1083
18.2.7.2.	Natureza jurídica .....	1083
18.2.7.3.	Vedações da liberdade provisória .....	1084
18.2.7.4.	Classificação .....	1085
18.2.7.5.	Momento .....	1086
18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória .....	1086
18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude .....	1086
18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre” .....	1087
18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança .....	1088
18.3.	Medidas cautelares patrimoniais .....	1088
18.3.1.	Sequestro .....	1089

18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis .....	1090
18.3.1.1.1.	Objeto .....	1090
18.3.1.1.2.	Requisito .....	1091
18.3.1.1.3.	Legitimados.....	1091
18.3.1.1.4.	Momento .....	1092
18.3.1.1.5.	Finalidade.....	1092
18.3.1.1.6.	Levantamento .....	1093
18.3.1.1.7.	Influência do resultado do processo condenatório.....	1094
18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis .....	1094
18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens.....	1095
18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal.....	1100
18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação....	1102
18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal.....	1103
18.3.2.1.	Objeto .....	1104
18.3.2.2.	Requisito.....	1104
18.3.2.3.	Legitimados.....	1105
18.3.2.4.	Momento .....	1106
18.3.2.5.	Procedimento .....	1106
18.3.2.6.	Finalidade.....	1107
18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1108
18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis .....	1109
18.3.5.	Da alienação antecipada .....	1110
18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1110
18.3.5.2.	Procedimento .....	1111
18.3.6.	Da utilização dos bens constritos.....	1115
18.3.6.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1115
18.3.6.2.	Procedimento .....	1115
	Referências bibliográficas .....	1123